



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO FISCAL

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA SÃO PAULO
PREVIDÊNCIA

Aos vinte e dois dias do mês de janeiro de dois mil e nove, nesta cidade de São Paulo, na sala do Conselho da São Paulo Previdência, sito na Rua Bráulio Gomes, nº 81, 4º andar, às 9 horas e 30 minutos conforme prévia convocação, reuniu-se ordinariamente o referido Conselho. Presentes a Senhora Yvone Barreiros Moreira, Presidente do Conselho, o Senhor Aníbal Hiroishi, substituto do Presidente, e os conselheiros Maria de Fátima Alves Ferreira, Rubens Peruzin, João Bosco da Silva e Emília Ticami. A Presidente do Conselho declarou abertos os trabalhos da reunião. Inicialmente a Ata da 7ª reunião foi aprovada e assinada por todos. A Diretora de Administração e Finanças da SPPREV, Carmen Silvia Pagotto, os funcionários Edmílson Silva, Ida Zacharias e a gerente de Planejamento e Controle, Wânia Maria Ruotti, compareceram à reunião para dar explicações referentes ao Balancete do mês de outubro de 2008. A Presidente do Conselho entregou a todos um estudo feito pela sua equipe sobre o referido balancete, contendo um demonstrativo de resultado previdenciário de janeiro a outubro de 2008 e um relatório sintético com observações, que seguem anexos. Na seqüência, a Diretora de Administração e Finanças fez apresentação do relatório do Balancete, encaminhado anteriormente a todos via e-mail. O conselheiro João Bosco solicitou que na parte do relatório que trata da Receita, seja discriminada a contribuição social dos servidores ativos, inativos e pensionistas. O conselheiro Rubens Peruzin solicitou que seja providenciada a discriminação da contribuição do Poder Executivo por Órgão do Estado. A Diretora informou que foi solicitada pelo Conselho de Administração



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO FISCAL

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA SÃO PAULO
PREVIDÊNCIA

uma modificação na apresentação dos balancetes e propôs enviar aos membros do Conselho Fiscal o modelo sugerido, para análise de todos. Todos concordaram com a proposta. O Conselheiro Rubens Peruzin informou que no anexo II que se refere ao Demonstrativo da despesa, o valor de despesas referente a aposentadorias e pensões dos inativos está incompatível com o valor apresentado no relatório. A Diretora comprometeu-se a rever a tabela e rerepresentá-la na próxima reunião, junto com as demais alterações solicitadas e os esclarecimentos sobre as observações do relatório sintético, anexado a esta Ata, por determinação da Presidente do Conselho. O conselheiro João Bosco levou a conhecimento de todos o Diário Oficial do dia 18 de dezembro de 2008, com a publicação das Instruções nº 01/2008 (TC-A-40.728/026/07), do Tribunal de Contas do Estado, que trata em seu Capítulo V da São Paulo Previdência. Para fins de fiscalização, as Entidades de Previdência Estadual devem apresentar alguns documentos relativos ao exercício anterior ao Tribunal de Contas do Estado, e nesse sentido propôs que essa documentação também seja apresentada ao Conselho Fiscal. Todos concordaram. O conselheiro João Bosco comentou ainda sobre uma visita à Sede da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Policiais de São Paulo – COOPMIL, esclarecendo que o Conselho Fiscal desta Cooperativa possui espaço físico e infraestrutura próprios para desempenhar suas tarefas. O conselheiro entregou a todos uma solicitação formal dirigida à Presidente do Conselho, propondo que o mesmo procedimento seja adotado na São Paulo Previdência. A Presidente do Conselho esclareceu que a SPPREV encontra-se em processo de implantação, não dispondo, no momento, de espaço físico e nem pessoal como solicitado pelo conselheiro. Quanto à taxa de administração, a Diretora de Administração e Finanças esclareceu que a Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP fez o recolhimento da taxa no mês de dezembro juntamente com todos os meses atrasados e informou que a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO FISCAL

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA SÃO PAULO
PREVIDÊNCIA

Universidade de São Paulo – USP, ainda continua pendente. Complementou, no entanto, que está programada uma reunião do Presidente da SPPREV com a Reitoria da USP para tratar dessa questão. A conselheira Maria de Fátima questionou sobre a forma de recolhimento dos atrasados pela UNICAMP, tendo a Diretora informado que foram feitos a preços correntes. A conselheira Maria de Fátima recomendou que fosse feita consulta à Procuradoria Geral do Estado para verificar se há aplicação de correção e multas nos casos de atrasos no recolhimento da taxa de administração, com a concordância de todos. A Diretora entregou a todos um demonstrativo das despesas administrativas da SPPREV, com servidores ativos no mês de outubro, envolvendo a Presidência, Diretorias, Gerências e Supervisões, assim como o Quadro Especial do IPESP afastado junto à SPPREV. A conselheira Emília Ticami levantou a questão sobre a base de cálculo da receita (contribuições previdenciárias e taxa de administração) sobre a qual incide a alíquota de 1% (um por cento) para o PASEP, tendo em vista a possibilidade de ocorrência de bitributação dessa contribuição no Estado. A Diretora informou que o PASEP é recolhido sobre a receita da taxa de administração e que foi encaminhada consulta à Procuradoria Geral do Estado – PGE solicitando orientação, sem ter obtido retorno até o momento. A Presidente do Conselho solicitou que quando obtido o parecer, seja transmitido ao Conselho Fiscal. A Conselheira Emília sugeriu que a SPPREV fizesse também pesquisa junto às entidades do regime próprio de previdência de outros entes da federação, no âmbito do CONAPREV. Todos concordaram. A Presidente solicitou que seja do conhecimento de todos os contratos que foram feitos pela SPPREV. A Diretora se comprometeu a levar para próxima reunião uma tabela com todos os contratos. A Diretora de Administração e Finanças informou que os contratos que foram realizados pelo IPESP a partir da publicação da Lei Complementar nº 1.058/08, estão sendo gerenciados pela São Paulo Previdência, pois os cargos do IPESP foram



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO FISCAL

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA SÃO PAULO
PREVIDÊNCIA

extintos. A Diretora informou que há manifestação da PGE no sentido de que a SPPREV não sucede o IPESP nas obrigações contratuais e que todos os contratos de prestação de serviços terceirizados, devem ser rescindidos. A conselheira Maria de Fátima propôs fazer uma nova consulta à PGE no sentido de obter orientação de como proceder nesse período de transição. A assessora Silvia Castellari foi convidada a prestar esclarecimentos quanto ao levantamento do patrimônio Imobiliário IPESP / SPPREV. A assessora, que faz parte do Grupo de Trabalho de Haveres e Dívidas, entregou material aos conselheiros contendo planilhas resumo com os dados dos imóveis do patrimônio, compreendendo: imóveis próprios do IPESP (capital e interior), imóveis próprios da CBPM (capital e interior) e os imóveis retomados. Foi disponibilizada também uma planilha, com dados provisórios, de outro grupo de imóveis que são aqueles comprometidos à Fazenda Estadual, onde se pode observar a quantidade dos imóveis quitados, não quitados, não realizados, com inconsistência (que estão sendo devidamente estudadas e pesquisadas) e os imóveis incorporados ao patrimônio do IPESP. A senhora Silvia entregou CD à Presidente do Conselho, com os arquivos dos processos digitalizados que contemplam toda a documentação dos imóveis das planilhas resumo dos imóveis e comprometeu-se a disponibilizar o mesmo CD a cada um dos conselheiros na próxima reunião. A Presidente do Conselho questionou sobre a previsão de conclusão desse trabalho e a senhora Silvia informou que deverá ocorrer no final de maio de 2009. A senhora Silvia comentou ainda que foi contratada a Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS para realização dos estudos vocacionais dos imóveis, e foi disponibilizado para consulta o Processo nº 20/2008 – 3 que trata desse assunto. Mediante consulta, ficou constatado que a SPPREV não tem pendências com o Tribunal de Contas do Estado. Por fim, ficou agendada para o dia 19 de fevereiro de 2009, às 9:30



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO FISCAL

ATA DA 8º REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA SÃO PAULO
PREVIDÊNCIA

horas a próxima reunião ordinária deste Conselho. Nada mais havendo a ser tratado nesta reunião, os trabalhos foram encerrados. E, para constar, eu, Renata Malpica Caldeira, Secretária do Conselho lavrei e subscrevo esta Ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelos Conselheiros presentes.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO FISCAL

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA SÃO PAULO
PREVIDÊNCIA

ANEXO I

Relatório punitivo e observações
Yvone 22/1/09

São Paulo, 21 de janeiro de 2009.

Prezada Dra. Ivone Barreiros

Ref.: SPPRev – Balancete - Outubro / 2008

A análise deste demonstrativo de outubro de 2008 da SPPrev, foi superficial pelo tempo exíguo e pela falta de outros informes patrimoniais que não foram fornecidos, e em função disto não podem ser cruzados.

Efetuamos um demonstrativo, resumido em anexo, onde chegamos as seguintes conclusões:

- 1) O valor total de despesas correntes do ano, referente a aposentadorias e pensões – Inativos está com valor incompatível com a soma de tais valores de cada mês. O valor informado foi de R\$ 5.155.268.421,56 quando na realidade tal valor deveria ser de R\$ 7.545.026.508,49. Este valor é muito diferente esta assinalado em nosso demonstrativo grafado em vermelho.
- 2) Com relação aos grupos de contas, para melhor entendimento, separamos em dois grupos distintos (previdenciários e operacionais), como já é adotado no modelo gerencial da SPprev.
- 3) O resultado Previdenciário acumulado do ano, é nulo, isto significa dizer que as receitas foram exatamente iguais as despesas previdenciárias, como deveria ser quando em equilíbrio no regime de repartição adotado.
- 4) Quanto ao resultado operacional, por ainda não haver estruturas de pessoal e de cargos, a receita é bem maior que as despesas de administração. Apenas nos últimos cinco meses, quando a SPprev começou a ter a receita de taxa de administração, já acumula um resultado de R\$ 17.343.255,55. que deve estar aplicado no mercado financeiro.
- 5) Se compararmos o rendimento financeiro do mês de outubro em relação ao saldo médio referido no item anterior, verificamos uma rentabilidade média de 0,63% ao mês. Rentabilidade relativamente baixa para tal volume de aplicação.

Atenciosamente,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO FISCAL

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

relatório

YUNIOR 27/11/11

HINEAU 11

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (JAN A OUT / 2008)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Total
RECEITAS PREVIDENCIÁRIA											
Recetas de Contribuições	167.190.537,81	152.552.254,21	151.626.622,91	209.990.131,50	178.725.797,25	176.002.198,67	179.959.346,39	151.533.289,08	193.571.179,03	183.641.138,15	1.775.095.133,50
Receta Patrimonial	74.977,98	95.940,39	82.134,96	57.163,98	28.367,92	67.376,26	43.243,95	48.861,09	24.248,92	(999,97)	511.315,48
Outras Recetas Correntes	992.604,16	1.002.138,53	1.002.400,27	1.035.503,27	1.451.965,53	1.104.755,42	1.052.723,61	820,78	108.257,68	99.995,45	7.851.184,48
Recetas de Contribuições - Intra Orçamentárias	283.819.477,21	267.033.910,07	266.724.086,52	276.672.795,32	237.167.076,91	302.690.688,38	267.763.374,67	269.040.124,14	286.648.830,30	276.982.229,73	2.776.562.599,23
Inadimplência Financeira - Cobertura De Inadimplência Financeira Do Ppo	554.042.354,42	548.046.129,40	546.295.797,74	563.517.209,62	678.083.689,65	392.899.899,00	500.542.769,70	615.457.322,86	556.397.512,61	571.398.739,79	6.428.650.368,99
Comp. Finan. Entre Reg. Geral/Reg. Prop. Prev. Ser.	1.578.692,67	1.375.045,98	1.579.398,09	1.653.401,15	1.682.472,42	1.651.589,06	1.635.773,80	1.690.702,54	1.649.673,13	1.703.382,14	16.384.099,16
TOTAL - RECEITA PREVIDENCIÁRIA	1.007.696.644,46	870.307.432,38	879.278.408,49	1.062.688.205,14	997.129.369,65	874.403.476,97	971.017.632,12	1.008.031.120,47	1.030.399.701,83	1.033.824.483,29	10.006.014.694,94
DESPESA PREVIDENCIÁRIA											
Aposentadorias e Reformas - Institivos	488.013.963,42	486.673.430,25	473.272.437,50	1.488.964.108,92	731.596.216,61	740.312.064,61	769.446.179,85	630.141.367,19	776.800.397,02	781.408.332,72	7.545.023.409,49
Pensões	235.987.481,83	259.880.089,42	241.491.128,73	242.442.611,09	243.636.374,71	245.708.076,06	213.299.219,82	257.699.733,28	282.169.255,28	282.405.855,67	2.459.675.911,60
Salário Família								79,35		12.194,90	12.274,45
TOTAL - DESPESA PREVIDENCIÁRIA	724.001.445,25	746.553.519,67	714.763.566,23	1.731.406.719,92	975.232.591,32	986.020.140,67	982.745.395,67	1.008.031.120,47	1.030.399.701,83	1.033.824.483,29	10.006.014.694,94
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO DO MÊS	282.695.219,10	123.753.912,71	164.514.842,26	(678.480.514,78)	21.897.778,16	(111.616.663,90)	(8.664.567,55)				
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO ACUMULADO NO ANO	282.695.219,10	513.339.128,81	777.883.971,07	96.403.458,29	121.301.234,45	9.664.867,55	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)	

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO OPERACIONAL (JAN A OUT / 2008)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Total
RECEITAS OPERACIONAIS											
Recetas Patrimonial - Ramun. Dos Invest. Do RPPS em R. Fixa							26.812,27	62.049,90	85.234,19	99.209,75	273.309,11
Recetas Correntes Intra Orçamentárias - Taxa De Administração - Sisprev						3.668.264,72	3.672.717,90	3.670.491,01	3.692.573,94	3.670.491,01	18.374.839,98
TOTAIS - RECEITAS OPERACIONAIS						3.695.077,42	3.699.529,67	3.732.940,91	3.777.816,13	3.769.790,76	18.647.659,09
DESPESAS OPERACIONAIS											
Vencimentos e Vant. Fixas - Pcs. Civil						46.723,85	111.095,35	73.510,07	219.849,48	361.220,97	642.399,72
Contribuições Patronais									50.509,93	96.761,20	147.271,13
Diárias-Civil								3.699,08	16.500,00	20.346,55	40.545,63
Material De Consumo									4.398,26	10.436,78	14.835,02
Passagens E Despesas Com Locomção								2.392,78	9.000,00	24.755,84	36.148,62
Outros Servicos De Terceiros- Pcs. Juridica									12.499,38	16.908,87	31.408,05
Obrigações Tributárias E Contributivas								119.034,91	37.778,10	37.690,36	166.473,37
Despesas de Capital									3.589,00		3.589,00
TOTAIS - DESPESAS OPERACIONAIS						46.723,85	111.095,35	192.696,84	384.124,18	600.140,39	1.304.699,84
RESULTADO OPERACIONAL DO MÊS						3.691.540,87	3.588.434,22	3.539.944,07	3.423.665,98	3.169.650,41	17.343.255,55
RESULTADO OPERACIONAL ACUMULADO NO ANO						3.621.540,87	7.206.975,09	10.749.919,16	14.173.605,14	17.343.255,55	

RESULTADO GERAL DO MÊS	282.695.219,10	230.643.909,71	264.544.842,26	(678.480.514,78)	21.897.778,16	(107.965.126,03)	(8.096.133,33)	3.539.944,07	3.423.665,98	3.169.650,41	17.343.255,55
RESULTADO GERAL ACUMULADO NO ANO	282.695.219,10	513.339.128,81	777.883.971,07	96.403.458,29	121.301.234,45	13.308.108,42	7.206.975,09	10.749.919,16	14.173.605,14	17.343.255,55	